

Congresso Ministro das Relações Institucionais negou polêmica e atribuiu discussão à 'expectativa'

Haddad vence debate dentro do governo, que decide não mexer no déficit fiscal

Roman Truffi, Fabio Murakawa, Raphael Di Couto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Em uma história para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo decidiu não mexer na meta fiscal neste momento. Segundo o ministro das Relações Institucionais (RI), Alexandre Padilha, responsável pela articulação política, "não existe e não vai existir" nenhuma medida do governo para alterar a meta de déficit zero prevista no arcabouço fiscal.

Padilha também assegurou que o foco do Executivo é aprovar medidas que aumentem a arrecadação, com a finalidade de cumprir essa meta.

A polêmica em torno da meta fiscal surgiu após uma fala do presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT), ao dizer que a meta fiscal do Brasil "não precisa ser zero". A fala de Lula desencadeou uma batalha, nos bastidores, entre os ministros Haddad e Rui Costa (Casa Civil), que era favorável ao afrouxamento da meta.

Padilha, no entanto, disse que foram os jornalistas que "criaram expectativa" sobre a mudança da meta, ao ser questionado sobre o tema no Palácio do Planalto.

"Quem criou a confusão foram outros. A fala do presidente Lula é explícita, primeiro de reforçar que sempre cumpra as metas fiscais, sempre se esforçou para fazer superávit primário", retrucou ele.

Padilha argumentou que a afirmação de Lula se referia à banda de 0,25 ponto percentual prevista no arcabouço e não à meta, embora Lula tenha se referido a um déficit de até 0,5% do PIB.

"A partir da fala do presidente, alguém começa a fazer especulação, ou para ganhar dinheiro ou para fazer as pessoas perderem dinheiro ou fazer especulação política", disse Padilha. "Eu quero dizer: quem especulou, perdeu dinheiro de novo e errou politicamente. O governo, desde o começo, os ministros do governo em nenhum momento falaram em mudança de meta."

Padilha reuniu-se nessa quinta-feira com Lula, Haddad, a ministra Simone Tebet (Planejamento), os líderes do governo no Congresso e o relator da LDO, Danilo Forte (União-CE). Rui Costa, derrotado no embate sobre a meta, não participou do encontro, pois está em viagem ao Pará.

Na reunião, em que foi descartada a revisão da meta fiscal, Haddad e Padilha foram veementes na defesa de que eventual

mudança da meta seja o último recurso, a ser considerado somente depois do relatório de avaliação de receitas e despesas, em março, e do contingenciamento de recursos.

Sobre o contingenciamento, surgiram números conflitantes na reunião. Haddad apresentou que os cortes não devem ultrapassar de R\$ 22 bilhões a R\$ 26 bilhões, enquanto o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), apresentou os números dos técnicos da comissão de orçamento da Câmara, de que a tesouraria deve alcançar pelo menos R\$ 62 bilhões.

Os cálculos de Haddad, porém, contemplariam a aprovação de todos os projetos de elevação das receitas que ainda faltam ser votados na Câmara e no Senado, enquanto os dados do relator refletem somente o que já foi aprovado.

O risco de bloqueio de despesas foi apontado por Lula como um dos motivos para descartar a meta de déficit zero em outubro. Na ocasião, o presidente disse que não queria fazer cortes em investimentos e obras — ações que costumam ser alvo desse tipo de medida.

Sobre o contingenciamento, Haddad propôs que seja feito com equidade entre o Legislativo e o Executivo, ou seja, os mesmos valores que cortarem recursos dos ministérios atinjam emendas parlamentares.

Como mostrou o Valor na terça-feira, o assunto já havia sido discutido com Lula antes do feriado. Na reunião, o presidente deu encaminhamento para que o governo continue em compasso de espera, ou seja, sem alterar a meta.

Forte, relator da LDO, também confirmou a decisão. "O governo manteve a posição de meta fiscal zero. Tirou qualquer possibilidade de emenda à meta fiscal no relatório. Isso dá garantia para continuarmos agora o relatório da LDO", disse o relator, na saída do encontro.

Apesar disso, o deputado acrescentou que os parlamentares ainda podem alterar a meta fiscal zero, por meio de emendas próprias, no plenário do Congresso Nacional.

Questionado, então, se ele, relator, poderia incorporar alguma emenda neste sentido, como, por exemplo, a emenda apresentada pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que sugere um déficit de 0,75% ou de 1%, Forte deu a en-



Danilo Forte: "O governo manteve a posição de meta fiscal zero. Tirou qualquer possibilidade de emenda à meta fiscal no relatório"

der que todas essas possibilidades serão analisadas.

O relator explicou que a decisão do governo, de não alterar a meta, leva em conta a expectativa de que sejam aprovadas matérias que podem incrementar as receitas da União. Um exemplo é o caso da medida provisória (MP) das Subvenções, tida como pechache no déficit zero. Para Forte, essa é uma expectativa desamadamente otimista do governo.

Forte disse ainda que pretende entregar seu relatório final na terça-feira, um dia a mais do que o previsto inicialmente. "Provavelmente vamos pedir mais um dia de prazo para apresentação de relatório", explicou.

Por fim, o relator foi questionado sobre a decisão da Câmara de criar de um novo tipo de emenda parlamentar ao Orçamento, as emendas de bancadas partidárias, como forma de substituir o chamado "Orçamento Secreto". O deputado defendeu essa medida como uma "evolução".

Embora a expectativa seja de que uma eventual revisão da meta só ocorra em março, a possível estratégia de fazer isso durante a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pode atrasar também a aprovação do projeto de LDO no plenário do Congresso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP